



JORNADAS PARLAMENTARES DO PS  
**VALORIZAR O TERRITÓRIO  
 RELANÇAR A ECONOMIA**

PÁGS. 8 A 10



# ORÇAMENTO APROVADO PELA ESQUERDA PARLAMENTAR

PÁGS. 2 A 4

## ACÇÃO SOCIALISTA DIGITAL DIÁRIO

SUBSCREVA  
AQUI



DIAS ÚTEIS  
**ÀS 17H**

CONTEÚDOS  
 EXCLUSIVOS

## QUENTE & FRIO

J.C.C.B / R.S.A.

### A escaldar MOMENTO HISTÓRICO

A aprovação pela esquerda parlamentar do Orçamento do Estado para 2016 constituiu um momento histórico e político pleno de significado. É o culminar de um longo processo que teve início com a eleição de António Costa para líder do PS, que sempre declarou não concordar com o conceito do arco da governação. O PS conseguiu um entendimento com os partidos à sua esquerda, o que permite um Governo estável e progressista que cumpre os seus compromissos e devolve a esperança aos portugueses.



### Quente PSD EM ESTADO DE ABSTINÊNCIA

Sem uma ideia ou uma estratégia para o país, a não ser o repisar de que a austeridade, embora mais mitigada, teria de continuar o seu caminho caso a direita fosse Governo, o PSD resolveu este vazio com o anúncio de que não apresentaria nenhuma proposta quando da discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2016. O PSD é agora o partido da abstinência.



### Frio PRIORIDADE À EDUCAÇÃO

Cumprindo uma promessa eleitoral do PS e de António Costa, o orçamento para a Educação vai ser este ano contemplado com um significativo reforço de verbas. Isso mesmo foi garantido pelo ministro Tiago Brandão Rodrigues no Parlamento, durante o debate da especialidade do OE. Serão mais 300 milhões de euros que o setor vai receber em relação a 2015.

O titular da pasta da Educação anunciou ainda que a despesa no sector vai este ano ultrapassar os seis mil milhões de euros, mais 5,3% do que o registado no ano passado. Com o Governo do PS a Educação volta a ser uma prioridade.



### Gelado ECONOMIA NO CAMINHO CERTO

O ministro da Economia não tem dúvidas que o caminho que a economia portuguesa está a trilhar é o mais sólido e o que proporcionará já este ano um crescimento assinalável.

Manuel Caldeira Cabral falava sobre os recentes números divulgados pelo INE que referem que a economia portuguesa cresceu, em 2015, 1,5%, defendendo o titular da pasta da Economia que, em 2016, esse crescimento possa atingir os 1,8% do produto. ■



# ORÇAMENTO A ESQUERDA PA

Este é o Orçamento de que Passos Coelho e a direita não gostam, que devolve a esperança aos portugueses e cria condições para o crescimento económico, af...  
Orçamento do Es

**O PARLAMENTO** aprovou no dia 23 de fevereiro, na generalidade, a proposta de Orçamento do Estado para o presente ano, com o voto favorável de todos os partidos da esquerda, fazendo-se história na democracia parlamentar portuguesa. A discussão na especialidade irá agora decorrer até dia 4, estando a votação final global agendada para o dia 16 de março. Falando à saída do debate, António Costa considerou este orçamento a prova que “desmente a história” mal contada pela direita, durante os últimos quatro anos, de que não era possível negociar com a

Comissão Europeia, encontrar consensos parlamentares ou virar a página da austeridade.

### Um Orçamento que retoma a normalidade constitucional

Para o primeiro-ministro, com a aprovação do orçamento na generalidade é “retomada a normalidade constitucional”, dizendo perceber as razões que levam o líder do PPD/PSD a não gostar do diploma, porque, ao contrário da política que defendeu durante a anterior legislatura, o OE para 2016 “devolve rendimentos aos portugueses e cria condições para o crescimento da

economia”.

António Costa acusou ainda Passos Coelho de não se conseguir “libertar do passadismo” e de não ter “uma única ideia para o presente ou para o futuro”, aconselhando-o a virar a página sobre o debate do passado.

Mostrando-se otimista em ver aprovados todos os orçamentos desta legislatura, António Costa sugeriu que jornalistas e analistas deixem de dar tanta atenção à “voz do azedume” e aos “arautos da desgraça”, garantindo que o Governo do PS será firme na devolução de rendimentos aos portugueses, como não deixará de ser



# PROVADO PELA ARLAMENTAR

am. Porque devolve rendimento, diminui a tributação sobre os  
irmou o primeiro-ministro, após a aprovação na generalidade do  
estado para 2016.

igualmente exigente na “execução orçamental”, com o objetivo também de baixar o défice e a dívida.

Questionado sobre a eventualidade de o Governo anunciar já no próximo mês de abril um Orçamento Retificativo, António Costa ironizou, dizendo saber que a direita habituou mal o país, ao ter apresentado em quatro anos 12 orçamentos, garantindo ter chegado o tempo de o país começar a viver em normalidade, mostrando-se confiante na execução deste orçamento.

Afirmando não ter dúvida de que é um orçamento exigente, o primeiro-ministro reiterou

confiança no titular da pasta das Finanças, Mário Centeno, assegurando que o ministro será capaz de conduzir com “rigor este orçamento” que não corta salários nem pensões, nem aumenta im-

## 12

Foi o número de orçamentos que o anterior Governo da direita apresentou em quatro anos

postos, “como sempre prometemos aos portugueses”, mas que, pelo contrário, aposta no “crescimento da economia, na criação de emprego e no reforço da proteção social”.

António Costa fez ainda questão de salientar o amplo consenso alcançado na aprovação do diploma, o que só foi possível, disse, graças ao diálogo franco e aberto empreendido quer a nível parlamentar, quer com as instituições europeias, que marca uma “viragem da página da austeridade”, dizendo-se preparado e com capacidade para resolver os problemas difíceis que afligem os portugueses. ■



“ Um orçamento que tem como objetivo primordial relançar a economia, aumentando por um lado o rendimento das famílias e, por outro, criando condições para a investimento das empresas. Opções políticas distintas das seguidas pelo anterior governo

A Assembleia da República aprovou o Orçamento do Estado (OE) para 2016. A inédita e memorável foto desse momento único vai ficar para a história do Portugal democrático. Pela primeira vez, nos mais de quarenta anos da nossa democracia, a esquerda uniu-se e aplaudiu de pé a aprovação de um OE.

Como disse o primeiro-ministro, António Costa, este é um orçamento que vira a página da austeridade e garante uma gestão de rigor que permite diminuir o défice e a dívida. Um orçamento que visa gerar mais crescimento, melhor emprego, maior igualdade. Um orçamento que cumpre o compromisso de não cortar salários nem pensões. Um orçamento que honra os compromissos eleitorais e cumpre a Constituição – o que não acontecia nos últimos anos, razão por que o Tribunal Constitucional foi diversas vezes chamado a pronunciar-se. Um orçamento que troca a TINA (*there is no alternative*, “não há alternativa”) pela TIA (*there is alternative*, “há alternativa”). Sim, há alternativa à política do governo PSD/CDS no quadro da União Europeia e da moeda única. Conclusão que deixa a direita à beira de um ataque de nervos. Um orçamento que tem como objetivo primordial relançar a economia, aumentando por um lado o rendimento das famílias e, por outro, criando condições para a investimento das empresas. Opções políticas distintas das seguidas pelo anterior governo.

Com o Governo PSD/CDS, o rendimento disponível das famílias baixou 11%. Com as medidas propostas pelo governo socialista neste OE, vai crescer 2,5%. E mais. Os contribuintes vão pagar menos impostos que pagaram em 2015 e muito menos do que pagariam se a coligação de direita tivesse continuado a governar. Este é um orçamento amigo das pessoas.

No passado dia 26, o Acção Socialista Digital celebrou o seu primeiro aniversário. Um ano, duzentas e cinquenta e cinco edições, setenta e cinco colonistas, milhares de subscritores e leitores. Estes são os números que mostram que valeu a pena e que nos estimulam e inspiram a fazer mais e melhor para que este projeto pioneiro e inovador ultrapasse todos os cabos das tormentas e cumpra o objetivo primordial de informar em liberdade, servindo a democracia e as portuguesas e os portugueses. Vamos continuar a “semear para colher” como nos ensinou Miguel Torga. ■

# DEVOLVER ESPERANÇA E RENDIMENTOS AOS PORTUGUESES

Pela primeira vez em muitos anos este é um Orçamento que respeita a Constituição e que devolve esperança e rendimentos aos portugueses, sublinhou o primeiro-ministro na abertura do debate na generalidade do Orçamento do Estado para 2016.

**PARA** António Costa, este é o primeiro Orçamento do Estado (OE) que, ao contrário dos anteriores, acaba com um “estado de exceção continuado”, que todos os anos “ameaçava o rendimento de trabalhadores e pensionistas”, uma vez que não trilha o caminho fácil prosseguido pela direita de aumentar o IVA ou o IRS, acentuando que a única intervenção que este Governo tem no IVA é “baixar o da restauração”.

Um OE, como adiantou, que repõe a normalidade constitucional, ao pagar salários e pensões que são devidos, “dando cumprimento às decisões do Tribunal Constitucional”, e que se compromete em não “agravar a tributação desses rendimentos”, não deixando ainda de respeitar a autonomia das regiões autónomas, das autarquias locais e das universidades. Garantindo ter total confiança no Orçamento que apresen-

ta aos portugueses, um documento, como salientou, que não tem “nada escondido na manga”, o primeiro-ministro fez questão de sublinhar, a propósito de algumas dúvidas vindas da direita, nomeadamente sobre um eventual plano B pedido pelas instituições europeias, que o Governo português tem uma relação “séria e transparente” com a União Europeia, e que tanto em Bruxelas como no país este é um OE cristalino que aposta na inversão do ciclo de austeridade, praticado pela anterior coligação de direita.

## Redistribuição do esforço fiscal

Reconhecendo tratar-se de um OE “exigente”, o primeiro-ministro fez questão de afirmar que, de forma séria e sustentada, vai conseguir virar a página da austeridade, designadamente com a reposição e aumento dos rendimentos das famílias que



## PASSISMO É O PASSADISMO

O primeiro-ministro acusou o PSD de não apresentar propostas de alteração ao Orçamento do Estado para este ano porque “não consegue libertar-se do passado” e olhar para o presente e para o futuro.

Já depois de o líder parlamentar do PS, Carlos César, ter criticado a decisão de não apresentar alterações ao documento, António Costa acusou Passos de não o fazer “porque já tem vergonha do que pensa e não é capaz de pensar nada de novo em relação ao que já pensava”.

“O passismo é o passadismo”, afirmou o primeiro-ministro, o que levou toda a bancada laranja a reagir de forma violenta com uma certa falta de urbanidade. Os deputados começaram violentamente a bater com as mãos nas bancadas e os pés no chão ao ponto de o presidente do Parlamento, Ferro Rodrigues, avisar em tom de piada que o mobiliário não podia sofrer pela indignação.

entre o deve e o haver recupera cerca de 700 milhões de euros. Os portugueses vão este ano pagar menos impostos do que pagaram o ano passado e vão, sobretudo, como salientou o primeiro-ministro, “pagar menos impostos do que pagariam

se o Governo PSD/CDS tivesse continuado”, como é hoje claro para todos os portugueses, bastando para isso consultar o Programa de Estabilidade e Crescimento que apresentaram em Bruxelas.

A prioridade do Governo, com

este OE, aponta para a “redistribuição do esforço fiscal”, realçou o primeiro-ministro, através, nomeadamente, da redução dos impostos sobre o trabalho e sobre os impostos diretos, que são aqueles, como lembrou, que “mais pesam nos orçamentos das famílias e das empresas”, optando antes, por aumentar alguns impostos indiretos, poupando o IVA, “que afeta todos os consumidores e incide sobre todos os bens e serviços”.

Para o chefe do Executivo, trata-se de uma opção “mais justa” do ponto de vista fiscal e “coerente com a promoção da saúde e da sustentabilidade ambiental e com o desincentivo às importações e ao endividamento”, ajudando a economia, não só proporcionando o aumento do rendimento das famílias, como pela criação de condições ao investimento das empresas. ■

## PORTUGAL PODE SAIR DO PLANO INCLINADO EM QUE A DIREITA O DEIXOU

**O LÍDER** parlamentar do PS, Carlos César, afirmou que, para os socialistas, “a prioridade é aprovar um Orçamento que proporcione ao país uma melhoria dos rendimentos das pessoas e da situação das empresas, do crescimento da economia, do emprego e contas públicas saudáveis”, garantindo, porém, que neste debate “não há temas proscritos”.

No final do primeiro de dois dias de debate na generalidade do Orçamento de Estado (OE) para 2016, na Assembleia da República, Carlos César não excluiu uma eventual “revisão dos compromissos dos países devedo-

res” numa “situação em que os seus encargos são inibidores de crescimento” e em que esta seja “uma questão central no debate europeu”.

Recorde-se que a renegociação da dívida é recorrente matéria defendida pelo Bloco de Esquerda (BE) e pelo Partido Comunista Português (PCP), partidos que viabilizam parlamentariamente o Executivo do PS.

A este propósito, o líder da bancada socialista deixou claro que “não há nenhuma questão que o PS não aceite discutir. Não há temas proscritos”.

No início da sua intervenção, na



abertura do debate, César destacou o “alto significado político” de a proposta de Orçamento ser aprovada na generalidade com votos favoráveis de PCP e Bloco de Esquerda.

“Como há perto de dois anos o senhor primeiro-ministro dizia e bem, defendemos que o concei-

to de arco de governação com critério de exclusão à esquerda não poderia ser nunca um fator de enriquecimento e envolvimento na nossa democracia. Rompemos com esse bloqueio histórico”, venceu.

E criticou o PSD e o CDS pela sua própria autoexclusão do deba-

te e pela ausência de propostas. “A direita encontra algum critério de exclusão que não seja a ela imputável?”, questionou.

Depois, em resposta a Pedro Passos Coelho, que acusou o primeiro-ministro de estar de joelhos na Europa, Carlos César frisou que o líder do Governo socialista não esteve ajoelhado em Bruxelas, admitindo, porém, que António Costa por lá tivesse encontrado um “genuflexório” usado pelo seu antecessor.

Recordou ainda os quatro orçamentos e oito retificativos apresentados pelo anterior Executivo Passos/Portas e defendeu que é o documento agora apresentado pelo Governo que permitirá a Portugal sair do “plano inclinado” em que estava com a maioria PSD/CDS. ■

# RESPONSABILIDADE, RIGOR E CONFIANÇA

**Um Orçamento responsável e rigoroso, que é capaz de gerar confiança e estabilidade para as famílias, as empresas e os investidores. Estas são as ideias fortes do documento orçamental do Governo, apresentadas pelo ministro das Finanças, no início do segundo dia de debate na generalidade, na Assembleia da República.**

**“ESTAMOS** a criar uma alternativa. Uma alternativa que deve ser reafirmada todos os dias”, afirmou Mário Centeno, no início da sua intervenção.

“É nossa obrigação estar à altura deste desafio e poder, de forma gradual, rigorosa e sustentável, construir essa alternativa a partir das políticas que propomos. Com maior justiça social e com maior equidade fiscal”, sustentou o titular da pasta das Finanças, acentuando ainda a “atitude reformista” implícita ao documento orçamental, com o propósito de superar a acumulação de desequilíbrios que o país viu acentuar nos últimos anos.

O governante explicou que o objetivo de virar a página da austeridade implica “assumir escolhas claras” em termos de política orçamental e que essas escolhas estão vertidas no documento orçamental que o Governo propõe ao país, com um alívio fiscal para as famílias e empresas, a par da recuperação de rendimentos, que registará “um crescimento de 3,6% no rendimento disponível” das famílias.

A equidade fiscal, defendeu, é uma “ideia chave” subjacente à estratégia orçamental do Governo, através de “uma recomposição fiscal virtuosa”, amiga do crescimento, com menos impostos di-



retos sobre o trabalho e maior incidência fiscal sobre o consumo e as importações, desincentivando o endividamento e mantendo o equilíbrio das contas externas.

“Estas escolhas demonstram que a política fiscal não é um instrumento cego de obtenção de receita fiscal”, assinalou Centeno. “O Estado deve, em cada momento, analisar o que a economia lhe transmite e ajustar a sua política de forma a potenciar o crescimento económico e a justiça social”, referiu.

## Dedução fiscal de 600 euros por filho

Ainda em matéria de justiça

fiscal, o ministro das Finanças anunciou que o Governo irá propor que o mecanismo de quociente familiar, em sede de IRS, será substituído “por uma dedução de 600 euros por cada filho”, sendo também aumentadas “as deduções por ascendente e por dependente com deficiência”.

Deste modo, explicou Centeno, “substitui-se um regime que nada beneficiava as famílias com filhos com menores rendimentos, por um sistema que é mais justo e mais vantajoso para a grande maioria dos agregados familiares com dependentes”, mantendo o com-

promisso de efeito neutro em termos de despesa fiscal.

O ministro das Finanças observou ainda “a falta de autoridade da anterior maioria para falar em contas certas, em aumentos de impostos ou em ajustamento estrutural”, quando “falhou todas as metas orçamentais a que se propôs”, devendo-se às “ações e omissões do anterior Governo” o facto de Portugal não poder sair do procedimento por défice excessivo em 2015.

No final da sua intervenção, Mário Centeno elencou os desafios com que Portugal se confronta, necessitando de corrigir desequilíbrios, relançar o crescimento e recuperar o emprego. “Cabe ao Governo, em parte através da política orçamental, garantir as condições para que esses objetivos se concretizem”, sustentou.

“Responsabilidade e rigor”, resumiu. “É isto que as portuguesas e os portugueses merecem. E é isso que podem esperar de nós, bem como a devolução da esperança e do diálogo. “Para um país mais justo e para o bem comum”. ■

## O PRIMEIRO DE QUATRO ORÇAMENTOS PARA A MUDANÇA

**EDUARDO CABRITA** não deixou margem para dúvidas. Durante o encerramento da discussão parlamentar da proposta do Governo de Orçamento do Estado (OE) para 2016 fez saber que “o plano A é aprovar este Orçamento e o plano B é executá-lo com rigor e determinação”.

Sublinhando que o documento é “uma vitória da nossa democracia”, o ministro adjunto apontou “conclusões simples” que demonstram o “virar de página” operado pelo Executivo liderado por António Costa.

“Este é o Orçamento da alternativa progressista e solidária ao extremismo de direita”, disse, recordando que a alternativa seria “um orçamento igual aos últimos, igual ao prometido no Programa de Estabilidade da direita”.

Depois, apontou que “a aprovação deste orçamento, hoje na generalidade, e em março em votação final global, ponderadas as alterações compatíveis com os objetivos definidos, permitirá estarmos aqui em outubro a apresentar um Orçamento para 2017 ainda melhor”.

Segundo o ministro Adjunto, o OE para 2016 é “o primeiro de quatro orçamen-



tos de uma legislatura para a mudança”. Entre os aspetos que permitem avaliar “a dimensão concreta do virar de página” que o Orçamento representa, o governante apontou a redução da dívida, sustentando que, ao prever-se a redução para 127,7% do PIB, inicia-se um caminho de “redução sustentada”.

Além da questão da redução da dívida, destacou que o OE apresentado pelo Governo socialista respeita a Constituição, cumpre os compromissos eleitorais, valoriza o diálogo social, aposta na consolidação das contas públicas, reduz a carga fiscal, é “amigo do investimento e do emprego”, aposta na inovação e no conhecimento e valoriza a autonomia local e a descentralização. Finalmente, reiterou, “este Orçamento demonstra que, em democracia, há sempre alternativas”. ■

## VIRAR A PÁGINA COM NOVA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO

**O MINISTRO** da Economia, Manuel Caldeira Cabral, na intervenção que efetuou no segundo dia de debate, reiterou que o OE para 2016 “representa um virar de página, ao propor uma nova estratégia de crescimento e de competitividade”.

E acrescentou: “O aumento da produtividade faz-se com investimento na educação e na formação, com políticas de emprego que valorizem as pessoas e com uma política de ciência e de tecnologia e de transferência de conhecimento



que permita reforçar a capacidade de inovação das empresas”. Dinamizar a procura interna e criar

capacidade para abordar os mercados externos foram dois fatores referidos pelo ministro para aumentar o investimento em Portugal, indicando também a importância vital da internacionalização da nossa economia e da inovação e tecnologia. ■

## ASSUMIR O COMBATE PELA IGUALDADE E CONTRA A POBREZA

**O MINISTRO** do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, deixou claro que “não é possível ter êxito na promoção da coesão social quando se assume um modelo de empobrecimento do país”.

Assim, “assumir o combate pela igualdade e contra a pobreza é uma questão de escolha do modelo de economia e de sociedade que queremos partilhar”, afirmou, referindo de seguida três prioridades na área do trabalho, solidariedade e segurança social: valorizar o trabalho digno como base da construção de um caminho para a redução das desigual-



dades no rendimento; reforçar o modelo de segurança social e renovar a política de mínimos

sociais e combater a pobreza infantil. A terminar, Vieira da Silva disse que “o caminho para a coesão não prescinde de ninguém e deve valorizar a economia social e o setor solidário” sem abdicar “do papel do Estado e das políticas públicas”, lembrando que “este Orçamento duplica o esforço financeiro destinado às transferências de rendimentos para os idosos”. ■



# OE/2016

## UM ORÇAMENTO RESPONSÁVEL

A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2016 É UM INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA QUE POSSA SER DADO INÍCIO AO CUMPRIMENTO AOS COMPROMISSOS APRESENTADOS PELO PARTIDO SOCIALISTA AOS ELEITORES, NUM HORIZONTE DE QUATRO ANOS DE LEGISLATURA.

**ESTE PRIMEIRO** Orçamento marca já um sinal de mudança face aos orçamentos anteriores apresentados pelos partidos da direita. O Partido Socialista inicia assim um caminho alternativo, com a confiança de que é possível dar uma vida melhor aos portugueses.

A proposta de Orçamento do Estado para 2016 marca a diferença para com os orçamentos austeros a que os portugueses foram sujeitos nos últimos anos. Um orçamento com mais apoio à família e mais justo.

Aqui ficam algumas informações sobre a proposta que está neste momento em análise na Assembleia da República:

### I. Depois de vários anos em que o rendimento das famílias caiu cerca de 11%, o Orçamento do Estado (OE) inicia o processo de recuperação do rendimento:

- Alívio fiscal de 0,2% face a 2015 e de 0,4% face ao que previam o PSD/CDS;
- Garante o crescimento do rendimento disponível das famílias de 2,5%;
- Incentiva a criação de emprego, com aumento estimado em 0,8%;
- Melhora a justiça na distribuição do rendimento, com:
  - menos impostos sobre o trabalho, que caem 2,5% face a 2015;
  - menos impostos diretos (-1,9%);
  - mais impostos indiretos (6,6%).

Um orçamento que melhora a justiça na distribuição do rendimento e que repõe a normalidade constitucional.

Por cada euro de aumento de impostos, este OE repõe 2,5 euros de rendimento, através de:

- Aumento do salário mínimo para 650 mil trabalhadores (230 milhões de euros);
- Reposição dos mínimos sociais, designadamente do Rendimento Social de Inserção, do Complemento Solidário para Idosos e Abono de Família (1,35 milhões de euros);
- Descongelamento das pensões, pagamento de complemento de pensões CES (100 milhões);
- Redução da sobretaxa no IRS para 99,7% dos portugueses, 98% têm redução igual ou maior a 50% (430 milhões de euros);
- Redução das taxas moderadoras no acesso aos serviços de saúde (40 mi-

lhões de euros);

- Reposição dos salários da Função Pública (450 milhões de euros);
- Descida do IVA no setor da restauração (175 milhões de euros);
- Substituição do quociente familiar por um reforço das deduções fixas por filho.

TOTAL DO AUMENTO DE RENDIMENTOS: **1.560 MILHÕES DE EUROS.**

### II. Setorialmente, destaque para as seguintes medidas nas várias áreas da governação:

#### FINANÇAS

- Melhora as contas do Estado, com uma redução do défice para 2,2% do PIB, uma redução de 0,9 pontos percentuais (p.p.) face aos 3,1% de 2015;
- Reduz a dívida pública em 1,1 p.p. que baixa para os 127,7% do PIB;
- Reduz o défice estrutural em 0,3 p.p., ao contrário do que ocorreu em 2015 e aumenta o saldo primário (excluindo juros) de 0,4% para 2,3% do PIB, quase cinco vezes mais do que em 2015.

#### CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

- Reforça a autonomia das instituições do ensino superior público, facilitando a diversificação de fontes de financiamento e a racionalização dos procedimentos;
- Promove o emprego científico e reduz a precariedade laboral dos investigadores.

#### EDUCAÇÃO

- Valoriza a comunidade docente, alterando o regime de recrutamento;
- Combate o insucesso escolar, com provas de aferição para intervenção pedagógica atempada.

#### TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

- Aumenta o abono de família e do apoio para as famílias monoparentais, beneficiando mais de 1,1 milhões e 270 mil crianças e jovens, respetivamente;
- Aumenta do valor de referência do

Complemento Solidário para Idosos, abrangendo cerca de 200 mil idosos;

- Reforça os níveis de proteção às famílias em situação de pobreza extrema.

#### CULTURA

- Democratiza o acesso à cultura, facilitando a entrada em museus aos jovens e carenciados;
- Redefine as regras de concessão de apoios, e estimula o trabalho em rede.

#### SAÚDE

- Reduz as taxas moderadoras de acessos aos serviços de saúde em 24%;
- Expande e melhora a rede de cuidados de saúde primários, reduzindo em 20% o número de utentes sem médico de família.

#### MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Relança o SIMPLEX para facilitar a vida aos cidadãos e às empresas;
- Alarga a rede de serviços de proximidade, através de novos espaços do cidadão e de melhores serviços online.

#### PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS

- Acelera a utilização dos fundos comunitários, implicando um investimento de 3,4 milhões de euros;
- Rentabiliza a atual rede de infraestruturas, potenciando a criação de emprego;
- Promove o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas.

#### ADMINISTRAÇÃO LOCAL E CIDADANIA

- Repõe salários e dinamiza a economia local;
- Recupera a cláusula de salvaguarda no código do IMI (limitando o aumento anual a 75 euros) revogando a isenção do IMI e IMT para fundos de investimento.

#### NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- Apoia as comunidades portuguesas no estrangeiro, nomeadamente através da rede de ensino português no estrangeiro;
- Apoia a internacionalização da eco-

nomia portuguesa, reforçando o apoio às empresas.

#### DEFESA NACIONAL

- Assegura a modernização e investimento nas Forças Armadas;
- Valoriza a condição dos militares e das suas famílias, contribuindo para a ação social complementar.

#### ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- Moderniza e racionaliza o sistema de segurança interna;
- Consolida o sistema de proteção civil, aumentando a prevenção e a resposta.

#### JUSTIÇA

- Fortalece a capacidade de ação dos tribunais, modernizando os sistemas de informação;
- Aproxima a justiça ao cidadão, através da simplificação processual, legislativa e tecnológica.

#### ECONOMIA

- Aumenta a competitividade das empresas, promovendo a sua capitalização, com recurso a fundos europeus;
- Apoia a criação e internacionalização das empresas, com impacto esperado na economia de 2.625 milhões de euros.

#### AMBIENTE

- Promove a mobilidade urbana assente na utilização dos transportes públicos, através da extensão do passe social;
- Defende o litoral e a reflorestação;
- Facilita o acesso a instrumentos de apoio comunitários.

#### AGRICULTURA

- Assegura a operacionalização dos fundos comunitários, criando emprego nas fileiras agroalimentares;
- Inicia a recuperação da área florestal a um ritmo de 20 mil hectares por ano nos próximos 8 anos.

#### MAR

- Agiliza procedimentos nas Pescas, Náutica de Recreio, Portos e atividades marítimas comerciais;
- Reforça o investimento na investigação, através do Programa "Mar 2020" e a criação de startups tecnológicas. ■

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

# ANTÓNIO COSTA DESAFIA EMPREENDEDORES A CRIAR PROJETOS INOVADORES

O primeiro-ministro, António Costa, desafiou no dia 17 de fevereiro os empreendedores a criar projetos e aplicações que tragam inovação e simplificação ao funcionamento da Administração Pública.

**ANTÓNIO COSTA** falava em Aveiro, na sessão da "Volta Nacional Simplex", onde anunciou que o Governo vai lançar em março um concurso, denominado "Startup Simplex", para os empreendedores apresentarem projetos e aplicações que possam simplificar os procedimentos da Administração Pública.

"Um passo novo que damos na construção deste processo Simplex 2016 é o grande desafio que é lançado à comunidade empreendedora, o 'Startup Simplex', que é o convite que lançamos a todos os que são empreendedores e que têm desenvolvido ou querem desenvolver projetos ou aplicações que permitam servir o



PORTUGALGOVPT

Estado, na sua relação com os cidadãos e as empresas, tendo em vista cada vez mais incorporar essa inovação na Administração Pública", disse. Na sua intervenção, o primeiro-ministro salientou que "a aposta certa não é fechar serviços que são essenciais, nem ter uma administração mais distante", mas sim "ter uma

administração mais próxima, mais inteligente e que seja capaz de ser mais inclusiva". Para António Costa, "diálogo, proximidade e espírito de inovação são as chaves para podermos ter uma Administração Pública mais simplificada, com menor carga burocrática e que possa fazer o que é essencial fazer com o Esta-

do: dotá-lo de inteligência, proximidade e capacidade de inclusão".

"Se pouparmos na burocracia podemos investir melhor no que é essencial e concentrar-nos naquilo que devem ser as funções efetivas e reais do Estado", disse, acrescentando que "o Estado não pode ser um entrave à competitividade, tem de ter atitude empreendedora com os que investem para ter uma Administração Pública amiga da competitividade e inovação".

Uma atitude que considerou "essencial para crescer e criar riqueza e postos de trabalho". A Volta Nacional Simplex é um conjunto de reuniões nas capitais de distrito, abertas à população, destinadas a ouvir sugestões de cidadãos, empresários e autarcas para resolver os principais constrangimentos com que se deparam na Administração Pública. ■

## GOVERNO QUER DUPLICAR INVESTIMENTO NA ECONOMIA DO MAR

**A MINISTRA** do Mar, Ana Paula Vitorino, anunciou no dia 15 de fevereiro que o Governo tem como objetivo "duplicar o peso e o investimento na economia do mar", num prazo de cinco anos, por forma a gerar mais emprego e riqueza para o país.

Ana Paula Vitorino falava na sessão de assinatura dos Contratos para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) Urbanos e Costeiros, no

valor de 68 milhões de euros, que decorreu em Vila do Conde. Os contratos-programa agora assinados visam uma abordagem territorial, através da qual são implementadas estratégias de desenvolvimento local, tendo em vista o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida das populações.

"Criar conhecimento e capa-



cidade de investimento neste sector não pode ser feito de um dia para o outro, mas estamos a dar os passos firmes para que isso aconteça a curto prazo. Com a assinatura destes contratos demos mais um contributo na capacidade de financiamento de projetos", que colocam na esfera local a eficácia do desenvolvimento.

A governante adiantou que existem na economia do mar "vários projetos de empreendedores que podem começar a dar o seu contributo para criação de riqueza e emprego", sublinhando que pretende que os processos sejam mais céleres.

### Fundo Azul apoia investigação

Ana Paula Vitorino disse ainda que o seu ministério está a acompanhar de perto as execuções dos projetos que beneficiem de fundos comunitários no que diz respeito ao programa Mar 2020.

A ministra do Mar falou ainda num outro programa de acesso ao financiamento, o Fundo Azul, que visa apoiar "projetos de investigação aplicada em parceria com a indústria e apoio de startups inovadoras, que possam criar mais atividades ligadas ao mar". ■

## COMPETITIVIDADE

# EXECUTIVO QUER INVERTER MODELO DE CORTES NOS RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES

**NOS ÚLTIMOS** quatro anos a competitividade da economia portuguesa desenvolveu-se centrada nos cortes de salários e rendimentos dos trabalhadores. Inverter este modelo apoiando a capitalização e a internacionalização das empresas portuguesas é agora a tarefa a que se propõe o Governo liderado por António Costa.

O ministro da Economia reuniu-se no dia 18 de fevereiro com os parceiros sociais para lhes transmitir que o paradigma do Executivo socialista, tendo em vista a modernização das empresas e a sua capitalização, já não passará pelo modelo seguido pela direita PSD/CDS de aposta nos baixos salários, mas por novas medidas que visam



melhorar e fortalecer a competitividade das empresas. Falando à saída do Conselho Económico e Social (CES), Manuel Caldeira Cabral salientou que esta primeira reunião com

as confederações sindicais e patronais serviu para abordar "medidas concretas" tendo em vista a capitalização das empresas e a concretização de um novo modelo que lhes permi-

ta uma aposta sustentada quer em matéria de inovação, quer na internacionalização.

### Melhorar a competitividade das empresas

De entre as medidas anunciadas pelo ministro Manuel Caldeira Cabral, no final do encontro com os parceiros sociais, destaque para o lançamento de fundos de capitalização, de linhas de crédito de garantia mútua, de fundos de capital reversível e de fundos de capital de risco, entre outras iniciativas, que estão contempladas num documento que hoje foi apresentado e entregue aos parceiros sociais. ■

# PSD E CDS TENTARAM ASFIXIAR TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

**Na abertura das Jornadas Parlamentares, Carlos César acusou o anterior Governo PSD/ CDS de tudo ter feito nos últimos quatro anos para asfixiar o Tribunal Constitucional, revelando uma notável ausência de “cultura democrática”. Ao contrário, realçou o líder parlamentar socialista, o Governo do PS não quer, “como nunca quis”, controlar qualquer instituição.**



**NEM** o PS nem o Governo querem controlar o Banco de Portugal, como não querem nem nunca quiseram controlar qualquer instituição cuja independência deva ser preservada, garantiu Carlos César.

Para o líder parlamentar socialista, o que já não é normal nem natural, “nem próprio de um Estado de direito” é revelar falta de cultura democrática tentando “asfixiar e afrontar” o Tribunal Constitucional como o fizeram PSD e CDS na anterior legislatura.

Já é tempo, defendeu Carlos César, de “falarmos mais e me-

lhor uns com os outros”, porque o país e os portugueses precisam que o PSD regresse à realidade política nacional, “sem o despeito, a pressão e o azedume em que está mergulhado desde que perdeu o seu lugar no Governo”.

Fazendo questão de salientar que a situação do país “não é fácil”, muito por força dos resultados “negativos da governação do anterior Governo de direita”, e da atual situação europeia que “suscita as maiores preocupações”, ainda mais, como realçou, “quando asso-

ciada a uma desaceleração da economia mundial”, Carlos César lembrou que a emergência destes “condicionamentos múltiplos”, justificam plenamente a abordagem política, económica e financeira que o PS apresenta na proposta do Orçamento do Estado (OE) para 2016.

Reconhecendo que o OE proposto, “se é menos audacioso do que o que desejávamos”, ele é bem melhor, defendeu, do que seria o Orçamento do Estado “prometido e reverenciado a Bruxelas pelo anterior Governo”, o líder parlamentar socialis-

ta disse contudo não ter dúvidas de que o avanço, registado neste OE proposto pelo PS, vai permitir uma nova orientação na política económica e fiscal, combinando medidas que “melhoram os rendimentos líquidos das famílias, estimulam o pequeno consumo, ajudam a capitalizar as empresas e aumentar os estímulos ao investimento”.

## Uma herança trágica

Referindo-se ao legado deixado pela coligação PSD/CDS, Carlos César lembrou que no plano económico as políticas da direi-

ta contribuíram de forma ativa para o “desaparecimento de milhares de pequenas e médias empresas”, que no plano social a herança é um “saldo migratório negativo e a perda de cerca de 240 mil empregos no país”, enquanto no plano das finanças públicas e do sector financeiro, o que se verificou foi um aumento da dívida pública para “um nível brutal” e de perdas e encargos para os contribuintes portugueses das “incúrias e negligências” no sector bancário que “esconderam sempre e enquanto puderam”. ■

## VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E INOVAÇÃO

**NO PRIMEIRO** painel temático das Jornadas Parlamentares socialistas, os ministros Pedro Marques e Eduardo Cabrita, juntamente com o eurodeputado Pedro Silva Pereira, levaram a debate a valorização do território e as políticas de coesão territorial.

A necessidade de inversão das políticas de empobrecimento impostas por quatro anos de coligação de direita, que tiveram reflexos dramáticos na emigração e desemprego nos territórios do interior do país, recuperando políticas de coesão territorial com a marca das anteriores governações socialistas e apostando no emprego, na economia e na redistribuição de riqueza, foram as linhas fundamentais que nortearam o debate moderado pela deputada Hortense Martins.

Os intervenientes sustentaram uma estratégia integrada de coesão territorial e social, através de uma política de requalificação de equipamentos e infraestruturas públicas, traduzida pelo Plano de Dinamização de Investimentos de Proximidade, da mobilidade territorial e aposta nas condições de atração de investimento e criação de emprego, de que é exemplo o pla-



no de investimentos ferroviários também já apresentado pelo Governo, a par da aceleração dos fundos comunitários e da defesa intransigente da convergência social e económica no espaço europeu.

## Há muita gente da direita a agir contra Portugal

Na sua intervenção, a propósito do debate que se trava na Europa em torno da convergência social e económica, o eurodeputado Pedro Silva Pereira lamentou que atualmente haja “muita gente da direita portuguesa a agir na sombra contra os interesses de Portugal, dos portugueses e da economia nacional”, procurando, por motivações políticas, “empurrar a Comissão Europeia para um confronto aberto com Portugal”. ■

## CRESCIMENTO, INVESTIMENTO E CONTAS PÚBLICAS SAUDÁVEIS

**AS QUESTÕES** orçamentais, do crescimento económico e do investimento, foram debatidas no painel temático do segundo dia das jornadas parlamentares do PS. Ocasão para os ministros das Finanças e da Economia convergirem na defesa de que não há finanças públicas sãs sem uma economia capaz de inovar e crescer, assente nos direitos sociais e na qualificação.

A proposta de um Orçamento responsável, que favorece o crescimento económico e a criação de emprego, que melhora a proteção social e assegura o rigor das contas públicas, por um lado, e que cumpre os compromissos assumidos pelo PS perante os portugueses, respeita os compromissos parlamentares e as obrigações internacionais, por outro, foi uma ideia igualmente enfatizada por Mário Centeno e Manuel Caldeira Cabral.

Os governantes sublinharam que este é um Orçamento que comprova que existe alternativa às políticas de austeridade e de empobrecimento, estimulando a



economia e promovendo a recuperação do rendimento das famílias e da competitividade das empresas, garantindo, por outro lado, a defesa do Estado Social e dos serviços públicos e relançando o investimento na Ciência, Inovação, Educação, Formação e Cultura.

## Portugal pode ser “um caso pioneiro” na Europa

No debate, moderado pelo deputado Eurico Brilhante Dias, a eurodeputada Maria João Rodrigues sustentou que Portugal pode ser o “caso pioneiro” que vai provar na Europa que é possível “uma real alternativa credível” às políticas de austeridade e retomar “a senda da convergência” na União Europeia. ■



# COMPROMISSO COM O PAÍS PELA COESÃO E CRESCIMENTO

No encerramento das Jornadas Parlamentares do PS, sem António Costa ausente em Bruxelas, coube a Ana Catarina Mendes e Augusto Santos Silva fazer as vezes do secretário-geral do PS e primeiro-ministro, com intervenções onde elogiaram a ação do Governo e teceram fortes críticas ao PSD.

**PORTUGAL** e a democracia portuguesa enriquecem com a governação socialista que, afirmou convicta Ana Catarina Mendes, será levada até ao fim da legislatura, "sem dramas". Numas jornadas dedicadas à coesão territorial e à economia, os deputados socialistas reafirmaram o compromisso com o país como "um todo".

"Estou absolutamente convencida de que se soubermos governar como até aqui temos governado, acreditem que é por quatro anos, e são quatro anos não porque ganha o PS, mas porque ga-

nha Portugal e ganha a democracia portuguesa, porque a estamos a enriquecer", garantiu a Secretária-geral adjunta do PS na sessão de encerramento das jornadas parlamentares, em Vila Real.

Num discurso em que lembrou que o PS tem compromissos assumidos com "Portugal todo", Ana Catarina Mendes destacou que o PS é um partido preocupado com as questões relativas ao território.

E recordou que "o anterior Governo esteve pronto a sacrificar no altar da austeridade a coesão

social e territorial" do país, caminho que o PS se recusa a voltar a trilhar, encetando um verdadeiro "novo rumo" para Portugal.

"Nestes três meses (de Governo), já demonstrámos que perante as dificuldades e armadilhas que nos deixaram é possível fazer diferente e construir uma alternativa", disse, apontando que "o ex-primeiro-ministro deve sofrer de um grande problema de amnésia".

## A amnésia de Passos

E isto porque, frisou, "ouvir Passos Coelho reclamar a social-

-democracia ou reclamar melhores condições de vida para os portugueses seria para rir se não fosse tão trágica a marca de retrocesso social que imprimiu nos últimos quatro anos a Portugal", disse.

Olhando de seguida para as bancadas à esquerda do PS que dão apoio parlamentar ao Executivo liderado por António Costa, Ana Catarina Mendes defendeu a marca identitária socialista, mas também a dos outros partidos parlamentares. Vencu, pois que a relação do Governo do PS com o BE,

PCP e PEV se vai fazendo "sem dramas".

"Cada partido prosseguirá a sua agenda no que ela não for incompatível com o apoio ao Governo", declarou, acrescentando que o PS tem com os partidos à sua esquerda "acordos parlamentares que são exigentes para todas as partes, mas que não impedem BE, PCP e PEV de terem uma agenda própria".

"Estes acordos são de um novo tipo, que não têm a ver com ligações ou acordos do passado", referiu. ■



# DIREITA NÃO TEM AUTORIDADE PARA CRITICAR ORÇAMENTO

Na mesma linha da intervenção de Ana Catarina Mendes, o dirigente socialista e ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, pôs em causa a autoridade da oposição para criticar o Orçamento do Estado para 2016.

**"QUAL** é a autoridade daqueles que falharam a consolidação orçamental para porem agora em causa o que está na nossa proposta e que significa passos concretos e decisivos na consolidação orçamental?", questionou Augusto Santos Silva, que recorreu ao adágio popular que diz "bem prega Frei Tomás, faz o que ele diz, não fazas o que ele faz", para acon-

selhar que, neste caso, não se faça nem o que PSD e CDS dizem nem o que fizeram.

"Nós sabemos qual seria a proposta de Orçamento para 2016 da direita, se a direita tivesse ganho as eleições. Porque essa proposta de Orçamento decorria inexoravelmente do programa de estabilidade que o anterior Governo apresentou no ano passado", disse.



Augusto Santos Silva defendeu que a proposta de lei que está agora em discussão para 2016, "reduz o défice nominal, reduz o défice estrutural, reduz a dí-

vida pública, reduz a carga dos impostos no produto, reduz a despesa pública no produto, e faz aumentar os rendimentos das famílias". ■

## CICLO DE CONFERÊNCIAS NA SEDE NACIONAL

No final da sua intervenção, a Secretária-geral adjunta anunciou um novo ciclo de conferências, que vão decorrer na sede nacional do PS, em Lisboa, os "fins de tarde do Largo do Rato", no âmbito do qual António Guterres participará com "uma conversa com refugiados", depois de o primeiro-ministro, António Costa, ter anunciado em Bruxelas que Portugal está disponível para acolher mais 10 mil refugiados. ■



## VALORIZAR O TERRITÓRIO, RELANÇAR A ECONOMIA

# CONCLUSÕES DAS JORNADAS PARLAMENTARES

**AS JORNADAS** Parlamentares do Partido Socialista deram corpo a uma interação inovadora ao aprofundarem as relações entre parlamentos, nacional e europeu, governo e Partido Socialista.

Foram umas Jornadas com uma visão holística, com uma visão sem tabiques, com uma visão inclusiva e integradora com as opções de política vertidas na proposta de orçamento para 2016.

Foram por isso efetuadas diversas visitas aos concelhos de Vila Real, Montalegre, Chaves, Ribeira de Pena, Mondim de Basto, Santa Marta de Penaguião, Murça, Sabrosa, Mesão Frio, Peso da Régua.

Com essas visitas, os parlamentares tomaram contacto com o território, com as autarquias, com as pessoas, com a economia, com a ciência, com a educação e conhecimento, com investimento, com empresas e com tecnologia. Confirmamos que os maiores desafios que se colocam ao Distrito de Vila Real relacionam-se com o baixo índice de natalidade e a crescente desertificação.

Para o Partido Socialista é fundamental apostar na valorização do território através de políticas ambiciosas para o interior e para as cidades.

No primeiro painel, subordinado ao tema Valorização do Território e Inovação, foram apresentadas e discutidas as principais políticas nas várias áreas de intervenção.

Nos últimos anos de governação da responsabilidade do Partido Socialista foram desenvolvidas políticas de coesão territorial, de elevada dimensão. Todavia, nos últimos quatro anos, com as políticas de austeridade impostas pela coligação PSD/CDS, o interior foi a primeira vítima, empobrecendo e levando as suas populações para a emigração e para o desemprego. Devemos e vamos apostar no emprego, na economia, através de uma redistribuição justa da riqueza.

O interior necessita do sector da educação e da oferta do ensino superior para dinamizar estas regiões, potenciando a produção, o crescimento, o dinamismo económico, a formação de quadros e de recursos humanos de referência. Paralelamente, o desafio da descentralização passa pela aposta nos serviços públicos, nos equipamentos sociais, fomentando a coesão. Uma coesão que também deve ser pensada a

partir da Europa, dos debates que ali se travam, em torno dos valores da construção europeia, assentes na convergência social e económica para todos os estados membros.

Em termos da política do Planeamento e das Infraestruturas estão a ser criadas condições macroeconómicas que permitam às empresas encontrar condições para investir e criar emprego.

Estamos a desenvolver projetos estruturantes que eliminem barreiras e obstáculos existentes nos territórios, promovendo o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas no interior. Nesse sentido, a existência de soluções de mobilidade são determinantes para a atração do investimento e para o escoamento de produtos a preços mais competitivos. O plano de investimentos ferroviários que o governo já apresentou, define a estratégia da mobilidade para o nosso país e para a ligação a Espanha, com especial enfoque no transporte ferroviário de mercadorias, com efeitos indutores de desenvolvimento e vantagens simultâneas para os passageiros. Em março de 2016 iniciar-se-á um conjunto de investimentos nos principais eixos ferroviários (Linha do Norte, Corredor Internacional Norte e Sul, Linha do Minho, do Oeste e do Algarve). Estas medidas contribuirão para a redução de custos de transportes de mercadorias, destacando-se ainda o investimento na Linha do Douro, com a sua eletrificação entre o Marco de Canavezes e a Régua, assim como a conclusão do Túnel do Marão que permitirá a existência de um novo eixo estrutural para esta região. Paralelamente encontra-se em estudo a redução das taxas de portagem no interior e nas vias sem alternativa adequada através de um regime de descontos.

Entendemos que a dinamização das economias locais, fundamentais para o crescimento económico e a criação de emprego, através da aceleração de fundos comunitários, bem como o Plano de Dinamização de Investimentos de Proximidade serão fulcrais para Portugal.

Já foi lançado o Plano 100, que nos primeiros 100 dias de governo já concedeu diversos incentivos financeiros às empresas. Simultaneamente, o lançamento do Plano de Dinamização de Investimentos de Proximidade que visa a requalificação e prestação de serviços públicos, já permitiu a abertura de concursos para

a requalificação de infraestruturas escolares, de saúde, de património edificado, prevendo gerar cerca de 11 mil empregos nas economias locais.

O Orçamento do Estado para 2016 é um orçamento responsável que favorece o crescimento económico e a criação de emprego, que melhora a proteção social, e que assegura o rigor das contas públicas, reduzindo o valor do défice e da dívida pública.

Um orçamento que cumpre os compromissos que assumimos perante os portugueses e que constituem as opções essenciais do programa do governo, respeitando os acordos que celebrámos no quadro parlamentar, respeitando as obrigações internacionais de Portugal, assim como a Constituição da República Portuguesa.

Este é um orçamento diferente, que comprova que há alternativa às políticas de austeridade e de empobrecimento, assegurando ao mesmo tempo uma gestão orçamental equilibrada, com a diminuição do peso dos impostos no PIB e a recuperação do rendimento das famílias e da competitividade das empresas. Com este orçamento, o governo vai virar a página da austeridade, assumindo escolhas claras.

O processo negocial a nível técnico e político entre o Governo Português e a Comissão Europeia tem decorrido com normalidade e com resultados positivos, não tendo sido descurados os interesses de Portugal, dos portugueses e da nossa economia.

É muito importante criar condições para que os jovens permaneçam em Portugal e para que aqueles que saíram possam a breve trecho voltar. A proposta de Orçamento do Estado deste Governo apresenta medidas que estimulam a economia, promovem o aumento do rendimento das famílias, garantem a defesa do Estado Social e dos serviços públicos e que promovem o relançamento do investimento na Ciência, na Inovação, na Educação, na Formação e na Cultura.

É um orçamento exigente, para o Estado e para os agentes económicos, que assegura a recuperação do rendimento disponível das famílias através da redução ou isenção da sobretaxa do IRS para 99,7% das famílias, do aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida para os 530 euros, da atualização do valor das pensões, da atualização e reposição de várias

prestações sociais e da reposição dos salários da Função Pública.

No âmbito da internacionalização, há que continuar a promover a exportações de maior valor acrescentado e de maior incorporação de valor e apostar na atração de investimento direto estrangeiro.

Ao nível da simplificação e da modernização administrativa, com impacto direto na atividade das empresas e na atratividade do nosso país como destino de investimento, o orçamento prevê um SIMPLEX para as empresas com vista à redução dos custos de contexto para facilitar procedimentos administrativos.

Nestes dois dias de Jornadas Parlamentares, através dos nossos eurodeputados, tomámos conhecimento das suas posições e opiniões que defendem e assumem em torno de uma alternativa política para a Europa, contrariando as posições do Partido Popular Europeu. Registam-se avanços, consolidados no último relatório anual de crescimento da União Europeia que define a política económica para este ano.

O Parlamento Europeu, com este relatório reconhece que a Europa precisa de uma recuperação económica muito mais forte que a atual. Estabeleceram-se prioridades para:

- 1) A inovação e criação e emprego;
- 2) O desenvolvimento de uma nova geração de reformas, desta vez centradas na inovação e I&D, Educação, qualidade da administração pública e coleta fiscal justa e eficaz;
- 3) A implementação de uma política orçamental em favor do crescimento com responsabilidade fiscal, mas que respeite os direitos sociais dos cidadãos;
- 4) A promoção das exportações, fomentando a procura interna.

O relatório também consagrará que a Zona Euro terá de voltar a ser um espaço de convergência e não divergência, reconhecendo-se que a solução para os países mais fragilizados pela crise, não passa pela desvalorização interna com cortes nos salários e proteção social, mas sim através da promoção do investimento e das reformas de 2ª geração. Todavia, estas medidas só se concretizarão se a União Económica e Monetária for completada com o que lhe falta, nomeadamente a União Bancária, capacidade orçamental, e união política. ■





## CONSTITUINTES HOMENAGEADOS COMO “DEPUTADOS HONORÁRIOS”

**NO ANO** em que se comemora o 40º aniversário da aprovação da Constituição da República Portuguesa, a Assembleia da República pretende homenagear os deputados à Assembleia Constituinte com a atribuição do título de “deputado honorário”. A proposta, da iniciativa do presidente do Parlamento, Eduardo Ferro Rodrigues, irá distinguir os cerca de 150 deputados consti-

tuintes ainda vivos, dos 250 eleitos em 25 de abril de 1975. O título de “deputado honorário” está previsto no Estatuto dos parlamentares, sendo atribuído por deliberação do plenário, distinguindo os deputados “que, por relevantes serviços prestados na defesa da instituição parlamentar, tenham contribuído decisivamente para a sua dignificação e prestígio”. Esta é a pri-

meira vez que será atribuído, homenageando os constituintes. O programa comemorativo dos 40 anos da aprovação da Constituição inclui a realização de um conjunto de conferências, com constitucionalistas de várias gerações, estando também em ponderação a distribuição de um exemplar do texto constitucional em conjunto com um jornal. ■

## DEPUTADOS SOCIALISTAS ELEITOS PARA ÓRGÃOS EXTERNOS

**O PARLAMENTO** aprovou a designação de três deputados socialistas entre os representantes da Assembleia da República no Conselho Superior de Segurança Interna, no Conselho Superior de Informações e na Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial. O deputado socialista Alberto Martins foi eleito, a par com o parlamentar do PSD Luís Marques Guedes, para o Conselho Superior de Segurança Interna, órgão interministerial de audição e consulta em matéria de segurança interna, numa eleição que recolheu 167 votos favoráveis entre 205 deputados, com 38 votos brancos ou nulos. Na eleição para o Conselho Superior de Informações, órgão interministerial de consulta e coordenação em matéria de informações, o deputado do PS



Ascenso Simões foi designado, juntamente com a deputada do PSD Teresa Leal Coelho, com 158 votos a favor dos 199 deputados que participaram no escrutínio, registando-se 41 votos brancos ou nulos.

Quanto à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, órgão presidido pelo alto-comissário para as Mi-

grações, a deputada socialista Elza Pais foi designada, a par da deputada do PSD Mónica Ferro, com 169 votos favoráveis dos 199 parlamentares que participaram na eleição, com 30 votos brancos ou nulos. O ex-deputado socialista e ex-alto Comissário para as Migrações, José Leitão, foi designado membro suplente para esta Comissão. ■

## ACÇÃO SOCIALISTA DIGITAL, INFORMAÇÃO QUE CONTA

ESTRELA SERRANO



“ A comunicação é um instrumento essencial para uma governação transparente, pelo que uma coordenação eficaz entre os diversos ministérios e porta-vozes é absolutamente essencial

Há dias o diretor de um jornal diário dizia numa televisão, em que discutia a aprovação do orçamento de Estado para 2016, que era preciso prestar atenção a tudo o que António Costa diz porque “ele vai dizendo coisas” a que “muitas vezes não ligamos”, mas depois verificamos que, afinal, “ele já tinha dito”. O dito jornalista (cito de cor) reconhecia que isso aconteceu durante a campanha eleitoral para as últimas legislativas em que António Costa, segundo o citado jornalista, “disse quase tudo o que fez depois” e “nós [os jornalistas] não prestámos a devida atenção na altura”.

Este é, a meu ver, um elogio a António Costa pois confirma um dos seus principais lemas: “palavra dada é palavra honrada”. De facto, passados três meses da tomada de posse do governo, António Costa tem cumprido o que prometeu e tem conseguido o difícil equilíbrio entre os acordos com os partidos que apoiam o governo – BE e PCP – e as exigências da Comissão Europeia e do Eurogrupo, sem se “meter debaixo das saias da Senhora Merkel” como fez Passos Coelho, segundo as palavras de Alberto João Jardim citadas pelo jornal Público.

Apesar de o espaço público mediático, em particular o espaço televisivo, estar dominado ao nível da opinião e do comentário político e económico pela direita - veja-se, por exemplo, o caso dos canais generalistas de televisão em que o único espaço atribuído a um comentador político pertence ao ex-líder do PSD, Marques Mendes – António Costa tem conseguido não deixar sem resposta, no Parlamento e fora dele, a guerrilha permanente do PSD e do CDS contra o orçamento e contra o que eles chamam depreciativamente de “geringonça”.

Nesse esforço de comunicação empreendido pelo governo e pelo PS merece referência o Acção Socialista Digital, sem dúvida uma iniciativa inovadora no panorama da imprensa partidária portuguesa, que permite acompanhar em permanência a ação governativa, encontrar informação atualizada e factual, para além de opinião aberta e plural. A comunicação é um instrumento essencial para uma governação transparente, pelo que uma coordenação eficaz entre os diversos ministérios e porta-vozes é absolutamente essencial. A coordenação parlamentar do PS com os partidos à sua esquerda tem sido eficaz e, ao contrário do que outros afirmam, as manifestações públicas da identidade e dos valores próprios de cada um deles, ainda que envolvam algum dissenso em questões que não quebram os acordos firmados, são coerentes e até úteis à consolidação da estabilidade do governo.

O PSD e o CDS, e os seus aliados nos media, exploram e antecipam cada diferença entre o PS e os seus parceiros parlamentares e não percebem que os seus vaticínios apenas contribuem para fortalecer a aliança entre eles. ■

## CRISE DOS REFUGIADOS SOCIALISTAS E DEMOCRATAS EUROPEUS SAÚDAM GOVERNO PORTUGUÊS

O grupo dos socialistas e democratas no Parlamento Europeu (S&D) saudou o Governo português, liderado por António Costa, como exemplo para toda a Europa na resposta à crise dos refugiados.

**RECORDE-SE** que o primeiro-ministro, António Costa, manifestou, à margem do último Conselho Europeu, a disponibilidade do país para receber mais refugiados além da quota comunitária inicialmente destinada a Portugal, no quadro do sistema de recolocação de refugiados.

Essa proposta, manifestada junto da União Europeia, mas também bilateralmente, junto dos países que estão a sofrer maior pressão pelos fluxos de refugiados, visou, como justificou o primeiro-ministro português, "dar o exemplo da atitude

que todos os Estados-membros devem ter" em relação a esta crise humanitária, afirmando Portugal como "um país que ajuda a encontrar soluções na Europa".

O exemplo assumido pelo Governo português merece agora uma calorosa saudação do grupo S&D: "Portugal está a liderar o caminho!".

Europa sem fronteiras internas Em Bruxelas, onde participou no Conselho Europeu, o primeiro-ministro garantiu que a disponibilidade manifestada por Portugal para partilhar o esforço na recolocação de refu-



giados também a nível bilateral visa "dar o exemplo da atitude que todos os Estados-membros devem ter".

Sublinhando que a Europa "tem o dever de proteção a todos os que são perseguidos", António Costa apontou que, "nesse sentido, Portugal não tem estado a ser particularmente pressionado" pelos fluxos de refugiados, mas "tem manifestado a disponibilidade, não só junto da UE, mas também bilateralmente, junto dos países que estão a sofrer maior pressão" de acolher refugiados "na base de uma recolocação bilateral".

Portugal, vincou António Costa, deve ter, nesta e noutras matérias, "um papel pró-ativo", na sua tradição, que quer e está a retomar, de "um país que ajuda a encontrar soluções na Europa".

Assim, é de referir que o primeiro-ministro português enviou cartas a homólogos de alguns dos Estados-membros disponibilizando-se para receber mais refugiados além da quota comunitária destinada a Portugal no quadro do sistema de recolocação de refugiados.

António Costa enviou cartas à Grécia, Itália, Áustria e Suécia,

nos mesmos termos da proposta apresentada no início do mês à chanceler alemã, Ângela Merkel. A proposta apresentada pelo governante português aponta para a disponibilidade do Governo em acolher cerca de dois mil estudantes universitários, 800 no ensino vocacional e entre 2.500 e 3.000 refugiados qualificados para trabalhar nas áreas agrícola e florestal.

Nas cartas enviadas, o chefe do Executivo afirmou o compromisso em garantir que a "Europa continue a ter apenas fronteiras externas e não fronteiras internas". ■

### ADOÇÃO E IVG

## AR REAFIRMA IGUALDADE, AUTONOMIA E LIBERDADE DAS MULHERES

**A ASSEMBLEIA** da República confirmou no dia 10 de fevereiro a aprovação dos diplomas relativos à adoção por casais do mesmo sexo e às alterações introduzidas à lei de interrupção voluntária da gravidez (IVG), que tinham sido vetados e devolvidos ao Parlamento pelo Presidente da República ainda em exercício.

O Partido Socialista reconfirma, assim, na Assembleia da República, um compromisso que já havia anunciado ao país, que, nas palavras da deputada Isabel Moreira, "reafirma a autonomia e a liberdade das mulheres, e reafirma a igualdade, que une e nunca divide a sociedade".

O decreto, que revoga a introdução de taxas moderadoras na prática da IVG e a obrigatoriedade de acompanhamento psicológico durante o período de reflexão, foi confirmado com 119 votos a favor e 97 votos contra.

Já o decreto, que elimina as restrições legais à adoção por casais do mesmo sexo, foi confirmado com 137 votos a favor, 73 votos contra e 8 abstenções. ■



## ANA CATARINA MENDES DEBATEU DESAFIOS MIGRATÓRIOS EM ROMA

**A SECRETÁRIA-GERAL** adjunta do PS, Ana Catarina Mendes, participou, na qualidade de primeira vice-presidente do Grupo Parlamentar socialista, na conferência dos líderes parlamentares progressistas da União Europeia, que se realizou em Roma, subordinada ao tema "Facing the Future Challenges of Europe".

Intervindo na sessão dedicada aos desafios migratórios no espaço europeu, Ana Catarina Mendes defendeu que a proteção e acolhimento dos refugiados que procuram o mais elementar direito à sobrevivência, fugindo de zonas de con-



to, impõe-se sobretudo como uma obrigação moral e civilizacional, no respeito pelos valores e princípios fundacionais da União Europeia.

Alertando para os riscos e ineficácia de uma resposta europeia não integrada, a dirigente socialista reforçou que esta é uma crise humanitária que exige "uma resposta solidária global".

Ana Catarina Mendes apontou ainda para a necessidade de a União Europeia rever as suas políticas externa e de defesa, assim como as políticas de ajuda ao desenvolvimento, como forma de gerir os fluxos migratórios no espaço europeu,

intervindo proativamente nas suas origens, em regiões afetadas por conflitos, insegurança e miséria.

Na sua intervenção, a vice-presidente parlamentar do PS salientou também a oportunidade que se oferece à União Europeia, através de um acolhimento e integração inteligente dos refugiados que procuram o espaço europeu, como solução para ajudar a responder aos constrangimentos demográficos com que a Europa se confronta e que têm impacto crescente nas perspetivas de desenvolvimento económico e na sustentabilidade dos sistemas de proteção social europeus. ■



## DEBATE QUINZENAL **ANTÓNIO COSTA REITERA PRIORIDADE À CRIAÇÃO DE EMPREGO**

**O primeiro-ministro, António Costa, reiterou no dia 12 de fevereiro que a prioridade do Governo é a criação de emprego, com “políticas económicas apropriadas”, designadamente a concessão das condições de investimento por parte das empresas e a reposição do rendimento das famílias.**

**ANTÓNIO COSTA** falava na Assembleia da República durante o debate quinzenal sobre “recuperação da economia no quadro da zona euro”, onde insistiu na ideia de que “a prioridade política do Executivo do PS tem de ser o emprego, que “o emprego não se decreta, mas constrói-se com políticas económicas apropriadas”. Por isso, defendeu o primeiro-ministro, “o crescimento económico tem de assentar em dois eixos fundamentais: a recuperação do rendimento das famílias e a criação de condições de investimento das empresas”.

“Durante anos andei a falar so-

zinho sobre o atraso na execução da aplicação dos fundos comunitários e sempre fui desmentido. Mas, como sempre, a verdade vem sempre ao de cima, é como o azeite”, disse, numa alusão ao facto de o seu Governo em apenas cem dias já ter feito chegar às empresas mais verbas provenientes dos fundos comunitários do que o anterior Executivo da direita em dois anos.

### **Condições para o investimento das empresas**

António Costa apontou como um dos eixos fundamentais do relançamento da economia a

criação de condições de investimento das empresas.

Neste quadro, apontou as medidas já iniciadas pelo Governo como o programa Simplex, a criação de linhas de capitalização e a aceleração da aplicação de fundos comunitários. Segundo referiu António Costa, o “nó górdio” da economia portuguesa é o baixo nível de autonomia financeira por parte da generalidade das empresas nacionais.

Por isso, disse António Costa, o Governo criou uma unidade de missão para encontrar respostas concretas, “tendo em vista aumentar o potencial de investimento das empresas”. ■



**CARLOS CÉSAR** começou por lamentar que os dados do INE da última semana sobre a situação do emprego no final de 2015 “mostram que, infelizmente, a propaganda da direita ficou longe da realidade”. “PSD e PP não nos deixaram apenas com dois milhões de pobres, deixaram-nos também, no ano de 2015,

com mais de um milhão de desempregados”, sublinhou. O presidente da bancada do PS acrescentou que, “por cada dia que a coligação de direita governou, caíram em situação de desemprego real cem portuguesas e portugueses”. Carlos César garantiu que o Governo se vai empenhar em

dar novos apoios “às famílias atingidas por esse flagelo do desemprego” e “na capacitação das pessoas, na criação de riqueza e na convocação dos investidores”.

Sobre o Orçamento do Estado para 2016, afirmou que “é elaborado em circunstâncias especialmente condicionadas e

## **DIREITA DEIXOU RASTO DE PREJUÍZO NO PAÍS**

**O líder parlamentar do PS acusou no dia 12 de fevereiro, no debate quinzenal no Parlamento, o PSD e o CDS de tentarem enfraquecer a posição negocial do Governo em Bruxelas, no sentido de garantir que o Orçamento do Estado para este ano fosse chumbado. “Deixaram um rasto de prejuízos, é certo, que importa recuperar no imediato, mas falharam felizmente no essencial”, declarou.**

difíceis”, explicando que o país “tem que fazer um ajustamento maior, porque no Orçamento de 2015 o anterior Governo falhou duplamente nas metas para o défice”.

O líder parlamentar socialista asseverou, no entanto, que “quando chegarmos ao fim da legislatura, o PS, como os

partidos que apoiam o Governo, estarão orgulhosos e serão responsáveis por uma transformação positiva nas nossas contas públicas, na confiança externa no nosso país, na competitividade das empresas, no crescimento sustentado da economia e na vida e dignidade dos portugueses”. ■

## ESTE MÊS FOI NOTÍCIA



### GOVERNO QUER CRIAR MAIS CENTROS ACADÉMICOS DE MEDICINA

**O MINISTRO** da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, anunciou no dia 16 de fevereiro a criação do Conselho Nacional dos Centros Académicos de Medicina. O objetivo, frisou, é criar uma "ligação mais ativa" entre hospitais universitários, centros de investigação e prestação hospitalar.

"Nós estamos a trabalhar, e posso anunciar aqui, em primeira mão, com o senhor ministro da Ciência e Ensino Superior, a constituição, já em março, do Conselho Nacional dos Centros Académicos de Medicina, porque é preciso criar uma reserva natural onde a investigação, conhecimento e entrosamento entre a parte hospitalar tradicional e ensino, se formalize e concretize", afirmou Adalberto Campos Fernandes.

O ministro, que falava durante a apresentação do novo Conselho de Administração do Centro Hospitalar de São João, no Porto, revelou ainda ter desafiado o presidente do Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (IPATIMUP), Sobrinho Simões, para chefe de equipa do Conselho Nacional dos Centros Académicos de Medicina. Segundo sublinhou Adalberto Campos Fernandes, o objetivo deste conselho é criar uma dinâmica a nível nacional, um padrão de funcionamento e incentivos ao desenvolvimento dos centros académicos.

Queremos criar mecanismos para que as competências que existem ao nível da ciência, investigação, conhecimento e saúde, façam de Portugal um país que esteja na primeira linha em termos europeus", acrescentou. ■



### REFORÇO DE 135 MILHÕES NAS PRESTAÇÕES SOCIAIS

**PARA** combater a pobreza entre as famílias e os pensionistas com menos recursos, o Governo prevê reforçar as prestações sociais em cerca de 135 milhões de euros.

A informação foi avançada pelo ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, durante um encontro com jornalistas para analisar a proposta de Orçamento do Estado para 2016. Na ocasião, Vieira da Silva aproveitou para

informar que o orçamento do ministério pretende "cumprir compromissos, fazer a transição e trazer modernização".

Logo em matéria de compromissos, abordou a reposição dos valores das prestações sociais, desde o abono de família, Rendimento Social de Inserção (RSI), subsídio de assistência a terceira pessoa ou Complemento Solidário para Idosos (CSI).

A atualização do valor do abono de família irá beneficiar 1,1 milhões de crianças, enquanto a majoração para famílias monoparentais beneficiárias do abono de família chegará a 270 mil agregados familiares. O Governo prevê igualmente que o RSI chegue a 240 mil beneficiários e o CSI a 170 mil idosos – número que poderá subir aos 200 mil.

Contas feitas, o impacto financeiro conjunto destas medidas ascende aos 135 milhões de euros. ■

### FERRO TRANSMITIU APOIO DA AR À CANDIDATURA DE GUTERRES

**O PRESIDENTE** da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, recebeu no dia 16 de fevereiro António Guterres, ocasião em que transmitiu ao antigo primeiro-ministro português e alto comissário das Nações Unidas para os Refugiados o total empenhamento do Parlamento português na sua candidatura

ao cargo de secretário-geral da ONU, um objetivo, disse, que reúne consenso entre todos os partidos.

No final do encontro, Ferro Rodrigues afirmou que a escolha de António Guterres para o cargo, a acontecer, seria não só "um grande momento para Portugal", mas também, pelas suas extraordinárias qualidades pessoais e profissionais, "um grande momento para a humanidade".

Recorde-se que o Partido Socialista já tinha dado o seu apoio empenhado e incondicional à candidatura de António Guterres ao cargo de secretário-geral da ONU. ■



### FACILITAR GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

**O PS** entende que as instituições de ensino superior que obtiveram apoios financeiros extraordinários em 2015 não devem depender sempre de autorização governamental para contratar professores. Nesse sentido, vai apresentar uma alteração à proposta do Orçamento do Estado (OE) para 2016, segundo adiantou o deputado Pedro Delgado Alves.

Em causa está a disposição do OE 2016 que define que a contratação de pessoal docente pelas instituições que, no ano passado, beneficiaram de apoios financeiros extraordinários, está dependente de autorização prévia dos ministros das Finanças e do Ensino Superior.

"Vamos apresentar uma proposta de alteração ao articulado, que entrará na fase de discussão da especialidade, para que as instituições deixem de estar sujeitas a este pedido", informou Pedro Delgado Alves, indicando que o PS vai propor que, apenas nos casos em que o reforço financeiro esteja diretamente relacionado com salários de pessoal, é que será preciso pedir autorização. ■

### VOLTAR A APOSTAR NO CONHECIMENTO

**O ORÇAMENTO** do Estado (OE) para 2016 representa uma mudança e um voltar a apostar no conhecimento, afirmou o ministro da Ciência e Tecnologia, em Braga. À margem da conferência nanoPT 2016, no Instituto Ibérico de Nanotecnologia, Manuel Heitor considerou que o Orçamento do Estado para 2016 "responde aos anseios da sociedade portuguesa que precisa e quer mais conhecimento".

Para o ministro, o OE 2016 marca uma "viragem na aposta na Ciência".

"Acredito que daqui a uns anos podemos ver 2016 como um ano de mudança após quatro anos a diminuir nesta área", vaticinou o governante, apontando as três linhas de força a que o documento que gere as contas do Estado obedece no que à ciência diz respeito: reforço da autonomia das instituições, aumento efetivo da dotação para a investigação e "corresponsabilização" com as instituições de Ensino Superior e de investigação.

O responsável destacou a necessidade de se proceder a um aumento efetivo na investigação, desenvolvimento e ensino superior. A um terceiro nível, disse, "tem que haver a corresponsabilização, sobretudo para a contratação de investigadores e atração de recursos humanos para Portugal". ■



## CONFERÊNCIA SOBRE OE EM LISBOA

# RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS VAI AUMENTAR 700 MILHÕES

As famílias em 2016 vão ver os seus rendimentos aumentados em mais 700 milhões de euros, garantiu no dia 10 de fevereiro o primeiro-ministro, numa conferência em Lisboa com militantes e simpatizantes socialistas, rejeitando a crítica da direita de que o Governo está a dar com uma mão e a tirar com a outra.

**ANTÓNIO COSTA** desmentiu a tese defendida por PSD e CDS, segundo a qual o Governo do PS está a preparar um "brutal aumento da carga fiscal", contrapondo que o conjunto de medidas defendidas na proposta orçamental canaliza para as famílias 1372 milhões de euros, enquanto a subida de impostos está apenas avaliada em cerca de 600 milhões de euros, o que para o primeiro-ministro se traduz num "ganho líquido para as famílias de mais de 700 milhões de euros".

Acusando os partidos da direita de mentirem despudoradamente aos portugueses, ao insistirem numa falsidade, António Costa afirmou não ter dúvida de que, pelo contrário,

se PSD e CDS tivessem continuado no Governo, os aumentos de impostos seriam, "afirmo", uma realidade.

"Não é verdade que o Governo esteja a dar com uma mão e a tirar com a outra", como diz a direita, afirmou o chefe do Executivo e líder do PS, porque "nós damos às famílias bastante mais do que vamos buscar".

De facto, acrescentou, o esforço de aumento do rendimento das famílias, no qual se conta a reposição de salários da Administração Pública, a diminuição da sobretaxa do IRS, o aumento de prestações sociais, como o complemento solidário para idosos ou a descida das taxas moderadoras, terão um custo para o

Estado, como realçou, de cerca de 1372 milhões de euros, enquanto a carga fiscal está avaliada apenas em cerca de 600 milhões de euros, haven-

### SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

O PS promoveu no fim de semana de 13 e 14 de fevereiro sessões de esclarecimento de norte a sul sobre as linhas gerais da proposta de Orçamento do Estado para 2016, que contaram com a participação de 17 ministros e 2 secretários de Estado.

do aqui, como salientou, "um ganho para as famílias de 700 milhões de euros".

Para o Secretário-geral do PS, estes números são mais uma prova evidente de que com este Governo Portugal está a virar a página da austeridade, assumindo que os portugueses em 2016 vão pagar menos impostos do que em anos anteriores e bastante menos do que se "PSD e CDS tivessem continuado no Governo".

### Carga fiscal baixa

Este Orçamento, garantiu António Costa, além de cumprir os compromissos eleitorais do PS e os acordos estabelecidos com os partidos à sua esquerda, dá passos determinantes e fulcrais para diminuir o dé-

ficar e a dívida, cumprindo e respeitando os acordos assumidos internacionalmente por Portugal.

O primeiro-ministro justificou depois a razão pela qual o Governo optou por aumentar impostos indiretos e vez de tributar diretamente os rendimentos das famílias, sustentando que ao ter escolhido aumentar a tributação da banca para o fundo de resolução, de pôr fim à isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os fundos de investimento e a tributar mais tabaco e combustíveis, em vez de aumentar o IVA ou o IRS, como pretendia fazer a direita, procedeu a uma demarcação clara das políticas seguidas até agora por PSD e CDS. ■

## REFORMA DOS CUIDADOS PRIMÁRIOS COM MAIS MÉDICOS DE FAMÍLIA

**ALARGAR** significativamente o número de utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com médico de família é uma meta do Executivo do PS adiantada pelo ministro da Saúde durante a apresentação do Plano Estratégico da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários, em Lisboa.

Adalberto Campos Fernandes informou que estão a ser criadas condições para ter mais médicos nos centros de saúde, recusando cair "na tentação comum aos governos de anunciar médico de família para todos os

utentes", até porque, sublinhou, "para suprir as necessidades de todos seriam precisos mais 616 médicos de medicina geral e familiar".

Na apresentação do Plano Estratégico da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários foi também apresentada uma ferramenta on line com o mapa dos recursos humanos nos centros de saúde, mostrando que há um milhão de utentes inscritos sem médico de família.

Refira-se que, no intuito de aumentar o número de profissionais de saúde geral e familiar,



o Governo liderado por António Costa aprovou a possibilidade de regresso de médicos aposentados ao SNS, e pretende tornar mais rápido o processo de contratação de jovens médicos.

A este propósito, o secretário de Estado Adjunto e da Saú-

de, Fernando Araújo, afirmou que os ministérios da Saúde e das Finanças estão a estudar a alteração aos concursos para colocação de médicos recém-especialistas, de forma a ter concurso centralizado a nível nacional e que dispense entrevista, passando a contratação

dos novos médicos a ser feita mediante a nota de exame.

O objetivo é "tornar o processo mais transparente e rápido, permitindo que, um mês depois de acabarem a especialidade, os novos médicos especialistas possam estar a trabalhar nos centros de saúde onde são precisos, disse Fernando Araújo em declarações à Imprensa. Presentemente, há cerca de 300 médicos prestes a terminar a especialidade, aptos a entrar no SNS, caso o desejem. Assim, o secretário de Estado deixou claro que a tutela vai "tentar cativá-los e sensibilizá-los" a ficar no SNS.

"Se o projeto os motivar, eles próprios quererão. Tenho grande confiança de que vão ficar", afirmou Fernando Araújo. ■



## CICLO DE DEBATES

# PORTUGAL E OS 30 ANOS DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Para assinalar os 30 anos de integração de Portugal na União Europeia, o Governo do PS, através da Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus, promove um ciclo de dez debates ao longo de 2016.

**COM A INICIATIVA** “União Europeia – 30 anos, 10 debates”, o Executivo liderado por António Costa pretende avaliar o que mudou no país nas últimas três décadas e refletir sobre o impacto que as políticas europeias têm tido na vida dos portugueses. “Com a adesão à União Europeia, Portugal transformou o tecido económico e social, melhorou as infraestruturas, modernizou a administração, valorizou a educação, a inovação, a ciência e a

cultura, conquistou um lugar central no processo de construção europeia, afirmou-se no contexto internacional”, referiu a secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Margarida Marques. Os debates terão lugar uma vez por mês ao longo deste ano, em Lisboa, Porto, Leiria, Funchal, Covilhã, Horta, Coimbra, Faro, Braga e Évora, abordando temas como a liberdade de circulação, ciência, igualdade, regiões ultraperiféricas, ambiente, política de mar,

educação, turismo e agricultura. Nestes espaços de discussão, para além de membros do Governo, participarão deputados do Parlamento Europeu e da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República. De referir que o primeiro deste ciclo de dez debates já teve lugar no dia 29 de fevereiro, no Auditório do Ministério da Administração Interna, em Lisboa, e teve como tema “Espaço Europeu de Liberdade de Circulação e

Segurança”. Uma adesão com balanço claramente positivo. Recorde-se que Portugal comemorou, a 12 de junho de 2015, os 30 anos da entrada em vigor do tratado de adesão de Portugal à então CEE – Comunidade Económica Europeia, uma adesão que teve como principal obreiro Mário Soares, na altura primeiro-ministro. Três décadas passadas, o balanço é claramente positivo em mo-

dernização e desenvolvimento do país, apresentando ainda diversos desafios sociais, económicos e políticos na sua construção, nomeadamente nos últimos anos. Há dez anos, no Mosteiro dos Jerónimos, Mário Soares falava com orgulho do “salto espetacular” que permitiu que Portugal recuperasse o seu prestígio na cena internacional e de um atraso de duas décadas, ao mesmo tempo que consolidou a sua democracia. ■

## GOVERNO VAI REALIZAR REUNIÕES DESCENTRALIZADAS EM TODOS OS DISTRITOS E REGIÕES AUTÓNOMAS

**O PRIMEIRO-MINISTRO**, António Costa, anunciou no dia 26 de fevereiro, em declarações exclusivas ao AS Digital e ao “Acção Socialista, que a partir do próximo mês de março o Governo irá realizar mensalmente reuniões descentralizadas

e visitas a cada um dos distritos e regiões autónomas. A primeira visita será ao distrito de Coimbra. Estas deslocações, explicou António Costa, inserem-se numa “estratégia de descentralização e proximidade” e pretendem

aproximar o primeiro-ministro e o Governo dos territórios, dos cidadãos e das empresas. As visitas serão feitas pelo primeiro-ministro e pelos diferentes ministros e terão como objetivo “conhecer os problemas diretamente, desenhar solu-

ções e apresentar as medidas de política” em articulação direta com os cidadãos, os empresários e os autarcas de cada distrito. Em cada uma das visitas existirão momentos de trabalho conjunto com os autarcas, com di-

ferentes instituições do Estado e da sociedade civil, com os parceiros sociais e com diversas personalidades relevantes no distrito, com particular atenção às universidades, empresas e agentes culturais, acrescentou António Costa. ■